

**sociedade**

# Quem e quantos são os ricos no Brasil



**O país tem pouco mais de 48 milhões de famílias. Quantas dessas famílias abrigam os verdadeiros ricos? Seriam 5 milhões, cerca de 10%? Ou seriam apenas 500 mil, 1%? Nas páginas seguintes, REPORTAGEM vai procurar demonstrar que os ricos de verdade, os que mandam nos destinos do país, estão concentrados em apenas 5 mil famílias – 0,001% do total**

Tânia Caliarí



## Ana Maria vive bem

Ana Maria se mostrou muito desprendida ao aceitar falar à REPORTAGEM de sua situação social e financeira. Afinal, como disse há cerca de 30 anos o economista liberal John Kenneth Galbraith, em seu *A Era da Incerteza*, no início do século 20, “um homem ou mulher consciente poderia visitar famílias faveladas na zona leste de Londres para descobrir quantas pessoas dormiam num mesmo quarto”. Mas, “nenhum mordomo que se preze abriria a porta a um investigador que tivesse a ousadia de querer saber dos hábitos noturnos dos moradores” dos bairros chiques da cidade. No início do século 21 a situação não mudou muito. O Brasil, dizem os especialistas, tem se destacado em metodologias e estudos para entender a pobreza, mas conhece muito pouco sobre os seus ricos.

Para começo de conversa, Ana Maria avisa: “temos um padrão de vida bom, mas não somos ricos”. À primeira vista, parece a frase de um abonado com sentimento de culpa, com medo, ou com ambos. Afinal, o Brasil é um país muito desigual e quem acumula um patrimônio muito acima da média pode ser facilmente taxado de rico. No entanto, ela pode ter razão.

Casada com executivo de uma multinacional, filha de exportador de tabaco do Nordeste e neta de fazendeiros do Sul, Ana Maria tem condições de avaliar quem são os verdadeiros ricos. “Quando voltei do meu mestrado em finanças nos Estados Unidos e fui trabalhar num banco de investimentos, eu até pensava que tinha posses, mas aí me deparei com fortunas de US\$ 60 milhões e coisas assim...”, diz. As pessoas de quem ela fala podem pertencer a um seletíssimo grupo, de uns poucos milhares

de famílias super-ricas, que um estudo de especialistas de São Paulo estima que concentrem um patrimônio que chega a algo como 40% do PIB brasileiro. De qualquer forma, se levarmos em conta a maioria dos estudos que tentam identificar a elite econômica do país, incluindo um que classifica como ricos os que ganham um pouco mais de R\$ 2 mil mensais, Ana Maria, o marido e a filha figuram, certamente, entre os 1% mais ricos.

Em seu apartamento no Jardim Paulista, bairro que concentra o maior número de famílias ricas da cidade de São Paulo, ela fala sem restrições sobre a renda e o patrimônio de sua família, pedindo apenas para que não a identificasse por seu nome verdadeiro. Seu marido tem um salário mensal de R\$ 80 mil. Na lista do patrimônio do casal constam o apartamento onde moram; outros dois apartamentos de alto padrão, alugados; quatro apartamentos menores reservados para os filhos; apartamento e terreno em praia do Nordeste; uma fazenda de café no interior paulista; e cinco carros, dois deles blindados. Têm também investimentos financeiros superiores a US\$ 1 milhão, o que os credencia como ricos segundo a classificação do banco americano de investimentos Merrill Lynch. Seis empregados atendem a família: três servem a casa, dois são motoristas e um presta serviço de segurança para o marido. Ela também já chegou a ter segurança depois de uma onda de ameaças de seqüestro.

Ao contrário de suas amigas, Ana Maria não acredita que o fato de terem dinheiro vá atrapalhar a educação de sua filha de 10 anos, que é boa aluna em um colégio estrangeiro da capital. A mensalidade da escola custa R\$ 2.600 e a



menina divide a sala de aula com herdeiros do que Ana Maria chama de “verdadeira” elite paulistana. Ana parece não se enquadrar nos padrões comportamentais dos ricos descritos pela revista britânica *The Economist*, que diz que as principais preocupações dos endinheirados globais são gerenciar sua fortuna, driblar o fisco, garantir sua segurança e... educar seus filhos: “Sem necessidade de trabalhar, os filhos de pessoas ricas podem se tornar desmotivadas e sem propósitos”, diz a revista. “Eu não me preocupo com isso”, diz Ana. “Eu poderia ter ficado de barriga pra cima, e não fiquei. Porque vou achar que isso vai acontecer com minha filha?”.

Ana teme apenas que a filha sofra com as imposições do consumo e com as comparações com colegas mais ricos. “Outro dia, minha filha disse que sua amiguinha tinha ido ao Egito, andado de camelo, e me perguntou se poderíamos ir também. Eu expliquei que aquela não era uma viagem muito para criança, que o avô da colega é realmente muito rico, mas que a coisa boa é que elas estudavam na mesma escola”.

Avessa às “fardas” — termo que usa para descrever a ditadura de consumo das bolsas Louis Vuitton, das roupas

de grife da loja Daslu, das canetas Mont Blanc —, Ana Maria prefere gastar seu dinheiro de outra forma. “Eu adoro obra de arte. Acabei de comprar um Brecheret num leilão por preço bem abaixo do esperado, R\$ 45 mil. O que eu tenho aqui em casa é bom”, diz ao mostrar as obras de Di Cavalcanti, Siron Franco, escultura de Mestre Didi e o Brecheret em bronze com cerca de 40 centímetros de altura, que decoram o apartamento de 450 m<sup>2</sup>.

O acervo e o tamanho do apartamento de Ana Maria são, é claro, bens de valor estupidamente acima do patrimônio médio da população brasileira. Mas, são modestos quando comparados ao patrimônio do dono do Banco Santos, Edegar Cid Ferreira, grande investidor no mercado de arte. Ele está construindo uma casa no bairro paulistano do Morumbi com 4.100 m<sup>2</sup>, espalhados por cinco pavimentos. A construção já consumiu R\$ 50 milhões. Os detalhes, divulgados pela revista *IstoÉ*, incluem duas curiosidades: uma é que haverá uma galeria particular para abrigar as peças colecionadas por Edegar, idealizador da Brazil Connects, empresa de eventos culturais que promoveu a mostra Barsil 500 Anos e trouxe da China os guerreiros em terracota de Xi’an a São Paulo. A outra, é que a administração da mansão será entregue a uma empresa instalada no pavimento de serviços da casa.

Como se vê, apesar das aparências, Ana Maria pode não estar, de fato, entre os verdadeiros ricos do país. Mas o que dizer de quem tem uma fazenda com tamanho equivalente a 7.500 campos de futebol num dos Estados mais ricos do Brasil, o Rio Grande do Sul? Parece estar aí um latifundiário ricoço. Será?



## Maneco, um latifúndio e uma dívida

Sentado em seu moderno e elegante escritório na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, o pecuarista João Manuel Cordeiro Costa, 64 anos, reflete sobre seus mais de 5 mil hectares de terra e sua condição de produtor rural: “Eu não sou rico. E o produtor que se considera rico é porque foi mordido pela mosca azul”. O que dizer então dos campeões de produtividade no agronegócio apresentados naquela semana pela revista *Veja*? “O preço da soja é definido pela conjuntura in-

ternacional e já esteve melhor. Os produtores pensam que estão garantidos, se endividam comprando máquinas, e com isso a John Deere [fabricante de máquinas agrícolas], com seu financiamento próprio, faz mais dinheiro com juros aqui do que jamais pensou em fazer em seu país de origem”.

Na parede, o retrato de sua avó cercada pelos sete filhos lembra que a estância Santa Angélica, em Herval, a uns 200 km ao sul de Pelotas, pertence à família há



Tania Calari

**Maneco: empréstimo de 33 mil sacos de arroz, dívida de 58 mil sacos e briga na Justiça**

pelo menos quatro gerações, desde 1876. Por volta de 1900, a principal produção daquelas terras, a carne charqueada, deu muito dinheiro. Esse produto, o couro e posteriormente a lã, fizeram de Pelotas um local próspero, como atestam os casarões um tanto decadentes na cidade. “Essa fama de que Pelotas é terra de ‘viado’, me desculpa falar, é porque os filhos dos ricos aqui iam estudar na França e voltavam com trejeitos sofisticados. O pessoal da terra estranhava”, diz Maneco, como é conhecido. Para a França, os jovens da família Costa não foram. Mas, nos anos 70, Maneco, já formado como engenheiro agrônomo, esteve na Nova Zelândia, Austrália e Canadá para aperfeiçoar seus conhecimentos na criação de ovelha, tudo financiado pela fazenda do pai. “Desde a Primeira Guerra Mundial o produto de valor aqui era a lã. A criação de ovelha pagava todo o custo da propriedade e o boi que se tinha no pasto era dinheiro no bolso, a capitalização”, diz.

Maneco não se lembra do tempo em que a simples posse de uma propriedade como a sua significava grande poder e riqueza. Sabe, de ouvir contar, que um ancestral seu podia dispensar sem dó uns 200 hectares em troca de um punhado de votos. Nada que se compare com o o poder do proprietário da lendária e luxuosa fazenda Resgate no Vale do Paraíba, Manoel Aguiar Vallim, que quando morreu em 1871 era grande credor do governo e detinha em títulos do Tesouro o equivalente a 1% da moeda em circulação no país na época.

Apesar de seu latifúndio, Maneco deve cerca de R\$ 4 milhões em dívida contraída na década passada por conta de um financiamento para o plantio de arroz. “Peguei o empréstimo assegurado por 33 mil sacos de arroz. Quando fui pagar, devia 58 mil sacos. Agora estou na Justiça contra isso. Não conseguiria pagar essa dívida nem se vendesse toda a estância”, diz.

A Santa Angélica é considerada uma propriedade produtiva e isso tem mantido

afastadas as ameaças de ocupações pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A fazenda faz divisa com um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). “Uma favela rural”, classifica Maneco. “Como vão produzir alguma coisa sem assistência ou política agrícola, se nem a gente consegue?”. Parte da Santa Angélica, cerca de 40% da área, está arrendada para plantadores de arroz e soja. Nos outros 3 mil hectares, a família de Maneco cria ovelhas, bois e cavalos. A sede da fazenda inspira tradição, mas está longe de ostentar algo que lembre o luxo dos ricos contemporâneos. Cinthia e Ramiro, nora e filho de Maneco, se apresentam em trajes gaúchos: botas e bombachas, e ainda a boina de Ramiro. Os dois são veterinários assalariados da estância, além de herdeiros. Cuidam, com os peões que moram ali com suas famílias, da vertente mais preciosa dos negócios: o manejo e a reprodução animal. A propriedade tem cabanhas – termo típico gaúcho para denominar criadouro e haras – com animais premiados e participa assiduamente de competições, mostras, desfiles e leilões, para vender os cavalos e o material genético dos animais. Cada “cobertura” – fecundação de uma égua – feita por um cavalo com *pedigree* foi vendida por cerca de R\$ 3 mil no último evento.

Ramiro exhibe o garanhão General, que levou o prêmio de cavalo crioulo mais bonito do Brasil em 2001 e já teve oferta de compra de R\$ 240 mil. Cinthia mostra as mais de 50 éguas que ela tem que preparar para serem empenhadas nesta primavera.

A estância recebe visitantes ilustres, como o ex-banqueiro Julio Bozano, grande criador de cavalo puro-sangue inglês, um dos sete brasileiros que constam da lista de bilionários globais feita pela revista americana *Forbes*, que há mais de uma década tem no topo Bill Gates, o dono da Microsoft. Bozano entrou para a lista depois que vendeu em 2000, por US\$ 1,5 bilhão, o banco Bozano, Simosen para o espanhol Santander. Segundo revistas especializadas em negócios, Bozano teria ainda 12,6% das ações da Embraer, investimentos em meia dúzia de *shopping centers*, empresas de saneamento, uma fazenda de café, cavalos e



Tania Calari

**Ramiro, entre seu tio e Cinthia: herdeiros da Santa Angélica, a estância de 5 mil hectares que está com a família desde o final do século 19**

o haras Santa Maria de Araras, que fica em Bagé, perto da fronteira gaúcha com o Uruguai. Esta é uma região com cabanhas milionárias. Em Bagé, se diz, tem fim de semana que quase acontece trombada de jatinhos. “E olha que o Bozano pechinha na hora de comprar cavalos, viu?”, lem-

bra Ramiro, admirado.

Se o latifundiário Maneco não pertence à raça dos ricos brasileiros, onde eles estarão? Essa é uma pergunta que um jovem aventureiro tenta responder, para, quem sabe, ele mesmo se tornar um deles.



## Bellino, sócio de Trump

Deu no *New York Times* de 19 de maio deste ano: “Ricardo R. Bellino, jovem empreendedor brasileiro que construiu seu nome no campo da beleza, entrou no escritório de Donald Trump, em Manhattan, e foi recebido com a seguinte saudação: ‘Você tem três minutos para me vender sua idéia’. No final, Bellino conseguiu 30 minutos para apresentar seu plano de construir um campo de golfe e um resort com o nome de Trump perto de São Paulo, capital financeira da América do Sul. Trump, que não recusa uma boa oportunidade de negócio, comprou a idéia ali mesmo”.

Com essa palavras, o diário novaiorquino constituiu o mito de fundação da sociedade entre o magnata Trump e Bellino, 39 anos. Afinal, se deu no *New York Times* é verdade, todo mundo sabe. Um dos sites do próprio Bellino o descreve como um rapaz que abandonou a faculdade de economia em 1986 para se transformar, aos 22 anos, em sócio de John Casablancas, dono da Elite, na época a maior agência de modelos do mundo.

Bellino tem se tornado mestre – e palestrante requisitado – em glamourizar a fundação de fortunas. Está prestes a lançar o livro *Sopa de Pedra*, no qual, em meio a conselhos de auto-ajuda empresarial, narra uma série de histórias de “vencedores que saíram do nada”. “A história do Amador Aguiar, do Bradesco, é brilhante. Ele, um jovem que tinha pouquíssimos recursos, fugiu de casa aos 16 anos, tinha asma, e dormia em banco de praça. Como não conseguia dormir por causa da asma, lia tudo o que podia. Quando se tornou bancário, com todo o conhecimento que adquiriu, logo passou a ser gerente, e transformou o Bradesco num dos maiores bancos privados do mundo”, diz um entusiasmado Bellino, ao receber a repórter no escritório de sua empresa imobiliária Trump Realty Brazil em São Paulo. A sala de reuniões não poderia ser mais simbólica: é decorada com 37 quadros de fotos e capas de revistas – *Fortune*, *Time*, *New Yorker*,

*Vanity Fair*, *Forbes* – com a esfinge de Donald Trump. Vamos à grande tacada de Bellino. O Villa Trump, campo de golfe e condomínio exclusivíssimo, pode ser considerado um projeto síntese da elite econômica brasileira: o empreendimento canalizou o dinheiro de ex-empresendedores industriais, homenageia a aristocracia do café do século 19, confere distinção aos novos ricos, reforça o



padrão de consumo de alto luxo, empregará hordas de serviços e pretende ser o ambiente para a consolidação de redes de relacionamentos por meio da “experiência do golfe”. “Nós entendemos que o golfe é um palco que permite a criação de uma confraria, uma reunião das pessoas em torno de uma experiência, que permite o convívio e o desfrute dentro de um ambiente especial, que tem o tempo como um elemento generoso. Uma partida de golfe dura 4 horas!”, diz Bellino.

Já desfrutam dessa experiência cerca de 20 mil adeptos em todo o país, espalhados por 100 campos de golfe.

Para reforçar a imagem institucional de Trump, Bellino arquiteta várias ações. Desde o ano passado, e nos próximos 20 anos, o torneio aberto de golfe no Brasil se chama Trump Open. “Estamos pensando também numa ação filantrópica com a casa Hope para construir um hospital infantil que proderá se chamar Trump Hope. Estamos estudando uma parceria com o Instituto Ayrton Senna, num projeto que vincule o Senna, golfe e educação. Tudo isso para ter um posicionamento institucional claro e consistente na mente dos nossos consumidores *target* (alvo)”, diz.

Segundo Bellino, não se fez uma pesquisa mercadológica profunda para direcionar os US\$ 40 milhões que serão investidos no Villa Trump. O projeto, segundo Bellino, foi fruto da percepção dele e de seus sócios brasileiros — os irmãos Meyerfreund, ex-donos da fábrica de chocolates Garoto, vendida em 2000 para a Nestlé, e os De Pieri,

fundadores da empresa farmacêutica Achè. Eles perceberam, no ambiente em que circulam, que as pessoas ricas estão ávidas pelo consumo de luxo e de produtos que possam dar a elas um reconhecimento social de opulência e de liderança. “Estamos criando uma dinastia dos barões do golfe. É uma analogia aos barões do café, em torno de um negócio bilionário chamado golfe. Serão 18 barões, um para cada um dos 18 buracos de um campo de golfe. Eles terão suas mansões associadas a um buraco e um campo assinado por Jack Nicklaus como seu *back yard* (quintal)”, diz Bellino, com olhar visionário. As mansões, construídas em terrenos de até 15 mil m<sup>2</sup>, serão cercadas ainda por casas espalhadas por 320 lotes menores. A parte “aberta” do condomínio terá um complexo de serviços de alto luxo: um restaurante que segundo Bellino será digno das três estrelas do guia francês Michelin, uma locanda com 30 apartamentos, 50 bangalôs de luxo, academia de golfe de Jack Nicklaus para treinar sócios e não sócios, e um *spa*.

Os preços dos lotes menores variam de US\$ 350 mil a US\$ 500 mil. O preço dos terrenos dos 18 barões ainda não está definido, mas poderá chegar a mais de US\$ 1 milhão. Bellino diz que a procura pelos buracos está alta. “É muito interessante o processo de vendas, porque não é convencional, é *by invitation only*. Você não pode querer comprar se você não for convidado”, arremata.

Será que um rico brasileiro, um desses que constam da lista de bilionários da *Forbes*, aceitaria o convite de Bellino?



## Os Safra, dos camelos à lista da *Forbes*

No pavimento térreo do enorme edifício sede do Banco Safra em São Paulo, na avenida Paulista, há cerca de 40 mesas classudas de madeira escura, cada uma suavemente iluminada por um discreto abajur. Não há divisórias a separá-las, mas o ambiente dá a sensação de que cada uma das mesas se situa num território próprio, completamente isolado de todas as demais. O ambiente é extremamente apropriado para atender os clientes muitos especiais dos serviços *private banking* do Safra, que aceita apenas investidores com potencial de aplicações a partir de R\$ 1 milhão.

Os Safra, donos no banco, estão no ramo há muito tempo: eles descendem de uma família que financiava caravanas

e negociava ouro ainda no Império Otomano. Mesmo que quisessem, os irmãos Moysé e Josef Safra não poderiam negar que são ricos de verdade: eles figuram na lista de bilionários globais da *Forbes* e lideram o *ranking* brasileiro, com US\$ 4,7 bilhões.

A família judia, originária do território que hoje é a Síria, inclui-se orgulhosamente entre as grandes linhagens de banqueiros do final do século 19. O site do banco diz que “os Rothschild, na Europa; os Rockefeller na América; e os Safra, no Oriente Médio” foram os que “lançaram os fundamentos da moderna atividade bancária” mundial.

Discretos e reitentes a entrevistas, os Safra no Brasil viram detalhes de sua história publicados na grande im-

prensa na ocasião da morte do irmão mais velho, Edmond, aos 67 anos, ocorrida em sua cobertura de 1000 m<sup>2</sup> em Monte Carlo, em 1999. A morte de Edmond fora provocada por um golpe desastrado de um enfermeiro americano que tentou simular um incêndio e um ataque de bandidos para salvá-lo e ganhar sua gratidão eterna. Consta nos obituários publicados na época que, ainda em meados do século 19, depois de muito ganhar com o financiamento do comércio no Oriente Médio, a família fundou em Aleppo, na Síria, a Safra Frères & Cie. A expansão dessa primeira empresa financeira levou à abertura de filiais em Istambul (Turquia), Alexandria (Egito) e Beirute (Líbano).

Nascido no Líbano, em 1932, Edmond Safra foi o filho mais envolvido com os negócios comandados pelo pai, Jacob. Edmond foi o primeiro a imigrar para o Brasil em 1951, onde teve sucesso como importador de material de construção e depois no setor financeiro. A certa altura, vendeu seus negócios aos irmãos Moyses e Josef e mudou-se para Nova York onde fundou em 1966 o Republic National Bank of New York. Doente de Mal de Parkinson, quando morreu estava pronto para sair dos negócios – havia concluído a venda de seu banco para o grupo HSBC, numa transação que envolveu US\$ 9,85 bilhões. Seus irmãos e sua esposa, a socialite Lily Monteverde, principal acionista da rede de lojas Ponto Frio, herdaram o patrimônio. Lily, com haveres de US\$ 1 bilhão, também passou a figurar na lista da *Forbes*.

No Brasil, hoje, o banco Safra é uma das dez maiores instituições financeiras privadas. Fora do país, o grupo é dono do The First National Bank (o quarto maior banco de Israel) e do Safra National Bank of New York, entre outros. Além disso, tem subsidiárias nas Ilhas Cayman e nas Bahamas.

Esse conglomerado pode ser visto como a expressão da grande articulação financeira internacional que talvez, como outros grandes detentores de capital no país, sonham com o livre trânsito de seu patrimônio financeiro pelo mundo.

Em agosto deste ano, uma informação vazada da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Evasão de

Divisas do Congresso Nacional ouriçou os meios financeiros. A comissão havia quebrado o sigilo fiscal de pelo menos 29 pessoas físicas que atuam no mercado financeiro e remeteram dinheiro para fora do país entre 1996 e 2002, em operações realizadas por meio de contas CC5. Entre essas pessoas estão Joseph e Moyses Safra, Roberto e

Alfredo Setúbal (Itaú), Pedro Moreira Salles (Unibanco), Fábio Barbosa (ABN-Amro), Luiz Carlos Cappi (Bradesco), Bruno Mariani (BBM) e Paulo Guilherme Lobato Ribeiro (Alfa). As 29 pessoas teriam enviado para fora do país R\$ 1,7 bilhão. De acordo com os dados reunidos em um CD, ao qual a imprensa teve acesso, apenas um dos banqueiros é responsável por 92% do total de remessas, transferindo de São Paulo R\$ 1,56 bilhão no período, principalmente para os EUA e Bahamas.

As remessas de dinheiro para o exterior feitas pelas contas CC5 não são necessariamente ilegais ou irregulares (ver “O grande inquérito”, em REPORTAGEM nº 57, de junho 2004). Mas, movimentos desse porte revelam que os ricos querem cada vez mais liberdade para movimentar suas fortunas. Como disse o professor de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Carlos Eduardo Carvalho, há uma grande inquietação nos meios dos grandes detentores de capital e dos administradores dessas riquezas. “Eles têm muito medo, porque essa riqueza, que é em grande parte um amontoado de papéis garantidos pelo governo, está atrelada à dívida pública, que está descomunalmente grande. Não é por acaso que eles querem a autonomia do Banco Central, na verdade já entregue a eles. Não é à toa que tem a proposta do Pêrsio Arida [ex-dirigente do Banco Central e banqueiro], de estabelecer a conversibilidade do capital. Eles querem o direito de transformar esse dinheiro todo em dólar na hora que quiserem”.

Os dados vazados da CPI contribuem também para reforçar a imagem dos banqueiros como parasitas, que vivem da usura, da cobrança de taxas de juros escorchantes. Volta e meia fazendeiros, comerciantes e industriais se manifestam reclamando da situação e denunciando os altos lucros do setor financeiro. É como se houvesse uma separação absoluta entre os setores chamados “produtivos” e o financeiro, com este vivendo às custas daqueles. Mas, como se sabe, as aparências quase sempre enganam. Há muito mais relações envolvendo banqueiros, in-



*Josef e Moyses: os herdeiros de Edmond Safra, com US\$ 4,7 bi, são os brasileiros mais bem colocados no ranking da Forbes*



*Edmond (com Lily Monteverde): o banqueiro, morto em Monte Carlo, foi o primeiro Safra a chegar ao Brasil*

dustriais, comerciantes e fazendeiros da elite do que pode perceber o senso comum. O grupo Safra, por exemplo, tem investimentos no setor “produtivo” como a Aracruz Celulose, a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, em sociedade com o grupo

Lorentzen, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e com o grupo Votorantim, capitaneado por um dos grandes líderes do setor industrial brasileiro e dos mais ácidos críticos dos grandes lucros dos bancos.



## Ermírio, o industrial-banqueiro

Em 1924, a elite paulistana se reuniu no salão de baile do prestigioso Hotel Esplanada para comemorar as bodas de dona Helena Pereira e José Ermírio de Moraes, engenheiro, futuro senador e capitão de indústria, que assumiria os negócios do sogro português e diversificaria enormemente sua base industrial. No final dos anos 60, a família, em atitude que tem um quê de sentimental, comprou o prédio do antigo hotel e instalaram ali, na Praça Ramos de Azevedo, atrás do Teatro Municipal, a sede da empresa Votorantim, um dos maiores grupos econômicos do Brasil. Hoje, os bustos de José Ermírio e de dona Helena ornamentam o *hall* do edifício. Sob a imagem do senador, lê-se: “Exemplo de brasilidade”.

No mesmo ambiente, que serve como sala de espera para visitantes, uma pequena cristaleira exibe taças de cristal e louças de chá do acervo do antigo hotel. Nos áureos tempos, o lugar hospedou gente das artes, como o escritor americano William Faulkner e a bailarina inglesa Margot Fonteyn, além da grã-finagem nacional e internacional. Por ocasião da reforma de sua casa, o próprio José Ermírio se mudou para lá em 1926.

Antonio Ermírio de Moraes, um dos filhos das bodas de 1924 e um dos homens mais ricos do país – sua fortuna era estimada em US\$ 2, 6 bilhões em 1999, quando frequentou a lista da *Forbes* – se mantém à frente do setor de alumínio e mineração da Votorantim. Homem ocupadíssimo, discreto, com

fama de austero e filantropo (dedicou suas horas de descanso à administração da Cruz Vermelha Brasileira, a um hospital para crianças com paralisia cerebral e, há 33 anos, à presidência do Hospital Beneficência Portuguesa), declinou em concender entrevista à REPORTAGEM sobre um dos temas que parecem mais preocupá-lo: o fato de, no Brasil, render mais ser banqueiro do que industrial.

Em setembro, Ermírio disse à *Folha de S. Paulo* que se quisesse “trabalhar dez minutos por dia no mercado financeiro”, ganharia mais do que produzindo. “Mas isso não traz nada para o Brasil”, disse o empresário, que quer que o governo estabeleça um plano de metas, como o do ex-presidente Juscelino Kubitschek, do final dos anos 1950. O curioso é que o líder industrial não poupou elogios ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, o condu-



*Antonio Ermírio, conhecido como grande industrial: tem um banco. Aliás, muito lucrativo*

tor da política econômica que, em sua própria opinião, beneficia justamente os bancos com a alta taxa de juros. Talvez, o elogio após a crítica tenha sido uma espécie de ato falho, que revela uma face do empresário não muito destacada: sua condição de banqueiro.

Iniciados no começo do século passado com uma fábrica de tecidos, os negócios da Votorantim foram se diversificando a ponto de, em 1996, suas 60 empresas espalharem-se por seis ramos diferentes. De 1933 à Segunda Guerra Mundial o grupo se expandiu fortemente: construiu uma fábrica de cimento no interior paulista, associou-se com a empresa Klabin para fundar a Cia. Nitro Química Brasileira e ingressou no ramo da siderurgia, com a produção de ferro-gusa para construção civil. Durante a guerra, passou a fabricar explosivos. A Companhia Brasileira de Alumínio, hoje comandada diretamente por Antonio Ermírio, foi fundada em 1942.

Nos anos 1980 deu-se a consolidação do setor agroindustrial da Votorantim, com fazendas em Pernambuco e Mato Grosso do Sul para produzir açúcar e álcool. No meio dessa década, a estagnação dos setores de cimento, têxtil e metalúrgico levou a investimentos na área de papel e celulose. Já na década de 90 o destaque foi para o crescimento da fábrica de bens de capital, a Atlas S/A, e a criação do banco Votorantim.

Muito desses negócios são associações com grupos nacionais e internacionais – como Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Petroquisa, Alcan, Klabin e a empreiteira Camargo Corrêa. Em outros tem

sociedade com bancos, como o Real, o Bradesco, e, como se viu no caso da Aracruz Celulose, o Safra.

Hoje, o Banco Votorantim é um dos braços mais vigorosos do conglomerado, sendo responsável, segundo o jornal *O Globo*, por 20% do faturamento de todo o grupo. Doze anos depois de criado, inicialmente para gerenciar as aplicações das próprias empresas, o Votorantim está hoje entre as dez maiores instituições financeiras do país. Sem agências e serviços de varejo, o banco é voltado para empresas e clientes institucionais. Outro ramo é o de financiamentos, no qual já domina 11% do mercado de veículos. Em 2003, o banco teve um lucro líquido de R\$ 629 milhões.

Para o professor Carvalho, não existe uma nítida separação entre o capital “produtivo”, bom para o país, e o capital “financeiro”, especulativo, que não ajuda o desenvolvimento, como costumeiramente Antônio Ermírio diz. Ermírio e muitos outros empresários usufruem do melhor desses dois mundos, exatamente por estarem amalgamados. E não se trata de uma tendência recente. “As grandes fortunas no Império eram vinculadas a títulos da dívida pública. A maior parte dos cafeicultores ricos eram credores do governo e ligados a bancos. Grande parte dos industriais de São Paulo eram também banqueiros ou vinculados a bancos. No mundo todo, o crescimento da dimensão financeira da economia ocorreu em vários momentos e inclusive levou a grandes crises, que foi o caso de 1929”, diz o economista. A associação entre capital “produtivo” e o financeiro não é recente, mas há quem identifique uma mudança histórica considerável na constituição e manutenção da riqueza.



## Os super-ricos, que controlam 40% do PIB

O secretário municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade de São Paulo, o economista Marcio Pochmann, chegou no Brasil às mesmas conclusões que seu colega de ofício Kenneth Galbraith com quase quatro décadas de diferença: sabe-se muito pouco a respeito dos ricos.

Quem e quantos são eles? O que faz de alguém rico? O que é ser rico? A revista britânica *The Economist*, num artigo publicado em 2001, definiu que ter entre US\$ 250 mil até US\$ 5 milhões disponíveis para investimentos financeiros simplesmente faz do cidadão um emergente.

Já possuir US\$ 10 milhões aplicados geraria uma renda anual de US\$ 500 mil (US\$ 41,6 mil por mês) e livraria o felizardo de ter de trabalhar para o resto da vida. Mas ricaço, dos legítimos, seria quem tem mais do que US\$ 100 milhões, o que torna a pessoa “capaz de suprir qualquer necessidade material concebível que ele ou sua família pudesse ter em seu tempo de vida”.

Já a revista *Forbes* mede a riqueza em bilhões de dólares e produz sistematicamente uma lista dos mega-ricos globais, aqueles que têm fortunas superiores a US\$ 1 bilhão. Em 2004, sete brasileiros integram essa seleção mundial de

587 bilionários: seis são banqueiros ou ex-banqueiros, e um é empresário do setor varejista – Josef e Moysé Safra; Aloysio de Andrade Faria, do Banco Alfa, com US\$ 2,9 bilhões; Julio Bozano, com US\$ 1,5 bilhão; Jorge Paulo Lemann, ex-dono do banco Garantia e grande acionista da Ambev; dona Lily Safra, com US\$ 1 bilhão; e o empresário Abílio Diniz e família, com US\$ 1,3 bilhão.

Longe dos bilhões, anos atrás o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) causou perplexidade ao divulgar um relatório, feito com base no Censo 2000 e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), no qual a classificação de “rico” cairia sobre as pessoas cujo rendimento médio mensal equivalesse a US\$ 700 por mês (hoje, cerca de R\$ 2.000). Mais realistas, as empresas de pesquisa mercadológica e os bancos têm suas próprias versões sobre a linha de riqueza no Brasil. A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, por exemplo, desenvolveu o Critério Brasil, que classifica as classes econômicas do país de A a E. Nessa tabela, o estrato mais alto, o A1, reúne as pessoas com rendimento mensal acima de R\$ 7.783,00. Como vimos, o banco de investimentos Merrill Lynch tem como patamar da riqueza aplicações a partir de US\$ 1 milhão, e com base nesse critério contabilizou 80 mil brasileiros ricos.

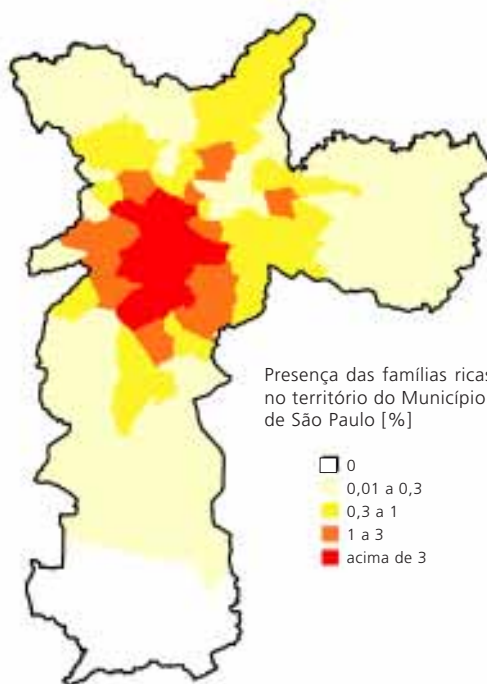
Já o economista Pochmann, de tanto estudar os pobres, decidiu estudar os ricos. Uma equipe coordenada por ele vem produzindo nos últimos três anos um conjunto de estudos para entender a desigualdade da cidade de São Paulo, o pólo mais rico da América Latina e que apresenta uma das mais injustas distribuições de riqueza. Para compreender os mecanismos da exclusão, os pesquisadores entenderam ser necessário estudar e localizar a riqueza. Daí saiu o terceiro volume da série *Atlas da Exclusão Social, Os Ricos no Brasil*.

O estudo parte de uma constatação fundamental: a exclusão é geralmente percebida como consequência do fracasso na trajetória individual. E as soluções propostas pelas elites são uma mistura de políticas residuais de inclusão, fragmentadas e paternalistas, com uma boa dose de repressão, seja com os instrumentos do Estado – com a Justiça, a polícia e o sistema prisional – seja com altos investimentos privados – em sistemas e pessoal de segurança. Para Pochmann, no entanto, a pobreza não é um produto dos pobres, mas de uma luta social e política, em que uma pequena parcela da população se organiza e age para manter seus privilégios e assegurar a posse da maior parte da riqueza.

O estudo se notabiliza também por tentar identificar os ricos não apenas pela renda mensal, mas também pelo estoque de riqueza – o patrimônio. Afinal, parte considerável da renda dos mais ricos é gerada por esse estoque, que são as propriedades urbanas, fazendas, títulos públicos, privados, etc.

Nesse estudo, Pochmann e sua equipe identificaram 1,16 milhão de famílias ricas no Brasil – apenas 2,4% do total de cerca de 48,5 milhões famílias brasileiras –, cuja renda é de no mínimo R\$ 10.982 mensal per capita (valor míni-

## Os nichos da opulência paulistana



Fonte: *Atlas da Exclusão Social – Os Ricos no Brasil*

mo da renda recebida pelo 1% mais rico do Brasil, em valores de 2003).

Baseada em dados do Censo Demográfico, da Pnad, da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), além de fontes tributárias, a pesquisa localiza no mapa, como todo bom atlas, o paradeiro dessas famílias abastadas. Elas se concentram principalmente no Estado de São Paulo (58%) e a capital paulista reúne 38% de todas as famílias ricas do Brasil. Além disso, 50% do total das famílias ricas moram em quatro cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. “Isso porque a dinâmica dessas cidades estão vinculadas à riqueza financeira, o que atrai os diversos tipos de profissionais com boa renda e os moradores ricos”. “Tem rico no Nordeste? Tem. Mas já é uma riqueza mais antiga, vinculada à terra”, diz o secretário.

Para quem acha que esse clube dos incluídos tem muito poucos sócios, o estudo reserva dados ainda mais impressionantes: há um fechadíssimo subgrupo de famílias, mais de 200 vezes menor, que, estima *Os Ricos no Brasil*, “apropria-se do equivalente a 3% da renda total nacional”. Essas 5 mil famílias – apenas 0,001% do total – têm um patrimônio equivalente a 40% do PIB nacional. “Mais ainda”, diz a pesquisa, “esse estrato, desprezível em termos numéricos, acaba por comandar boa parte do restante da renda nacional a partir de contratação de serviços, da remuneração de empregados de altos salários, além da influência exercida sobre uma parte expressiva do gasto públi-



## Um exército a serviço dos ricos

“A primeira manifestação de uma sociedade sem classes é o desaparecimento da classe dos criados”, escreveu John Kenneth Galbraith em crônica sobre os ricos norte-americanos no começo do século 20. Distante deste cenário, ocorre hoje no Brasil o crescimento dos trabalhos de criadagem, o surgimento de novas funções ligadas ao consumo dos ricos, e mesmo o “ressurgimento dos agregados sociais”. No Brasil e no mundo foram os ricos e os muito ricos que se beneficiaram essencialmente com os rumos tomados pela economia nos últimos 20 anos, marcados pelo baixo crescimento. Na outra ponta, os pobres, e mesmo a classe média, sentiram os efeitos dessa política na forma da corrosão do nível de renda, da precarização do trabalho e do desemprego aberto. A estagnação econômica iniciada nos anos 1980 levou muitos trabalhadores a se tornar o que o secretário Marcio Pochmann chama, num estudo específico sobre o tema, de agregados sociais, um exército de serviços associado ao padrão de vida dos ricos e que historicamente se comporta de forma subordinada a eles.

A figura do agregado era corrente nas comunidades rurais, dos tempos coloniais ao século 20, quando os trabalhadores dependiam do favor dos proprietários, oferecendo em troca serviços de jagunçagem, parte da produção e votos. A categoria chegou com força nas cidades com as levadas de migrantes, escravos libertos e brancos empobrecidos. Em 1893, a cidade de São Paulo, por exemplo, registrou 25,9% de trabalhadores domésticos no total da ocupação.

Somente a partir da Revolução de 1930, com o início da industrialização e da expansão das ocupações urbanas assalariadas, esse número diminuiu. Mas a partir de 1981, o trabalho doméstico-familiar voltou a crescer e tem sido a ocupação que mais cresce no país. Em 2000, quase 20% do total dos ocupados situavam-se em atividades domésticas, enquanto em 1980 esses trabalhadores representavam 14% do total.

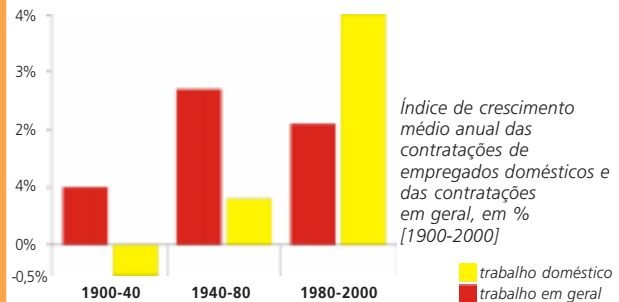
Paralelamente a este crescimento, houve um aumento do leque de profissões diretamente ligadas ao consumo da elite. Além das tradicionais funções de cozinheira, babá, arrumadeira, jardineiro, motorista, manicura, surgiram os onipresentes vigias e técnicos de sistema de vigilância e alarme, os esteticistas, *personal trainer*

(orientador de atividades físicas particular) e *personal stylist* (orientador de moda particular). Pode-se citar também ocupantes de funções mais sofisticadas como nutricionistas, assessores de imprensa e os *personal financial planning*, os que se encarregam de gerenciar os investimentos das fortunas.

Um dos problemas apontados por Pochmann em relação à consolidação da condição de agregado social no mundo do trabalho brasileiro tem fundamentos políticos: as medidas de caráter civilizatório do capitalismo nunca realizadas no Brasil – como as reformas agrária, urbana, tributária e social –, por mais necessárias que sejam, tendem a ter menor apelo de mobilização para aqueles que dependem do estilo de consumo das classes ricas.

Segundo Galbraith, “ninguém passa a vida toda reafirmando a superioridade dos outros se tiver alguma alternativa. Assim, tão logo possível, os criados arranjam outros empregos”. Se tiverem alternativa, é claro. ■

### Nas últimas décadas o emprego doméstico cresceu bem mais rápido que os empregos em geral



Fonte: Estudo “Sobre a nova condição de agregado social no Brasil: algumas considerações” Marcio Pochmann (2004)

co e das informações veiculadas nos órgãos de imprensa”. Pochmann é um dos que identifica uma metamorfose no processo de composição e manutenção da riqueza no país. “Até o século 19 a riqueza era muito mais agrária, baseada na posse da terra e de escravos. No século 20, o processo de enriquecimento ficou muito mais dependente do meio urbano-industrial; e dos anos 1980 para cá esse processo é mais baseado na valorização financeira”, diz. “É por isso que nas últimas duas décadas no Brasil, apesar do pequeno crescimento econômico, houve o aumento da quantidade de ricos (de 507 mil famílias ricas em 1980, para 1,16 milhão em 2000) e de suas posses. Isso foi possível porque o fator potencializador da riqueza foi o sistema financeiro e não a produção”.

Pochmann assinala que “no passado, para um rico da indústria formar uma fortuna, ele tinha que produzir, tinha que contratar gente, tinha que ter uma vinculação com o país. Interessava o crescimento. Hoje o governo está olhando os poucos milhares de famílias que realmente definem a política macroeconômica, que têm um estoque

de riqueza virtual, com liquidez, que pode a qualquer momento sair do país. E os últimos governos, dos anos 90 para cá, temem muito a saída desse capital, e estão prisioneiros desses interesses”, diz.

O professor Carlos Eduardo Carvalho tem um ponto de vista que parece um refinamento do de Pochmann. Considerando que a elite sempre vinculou suas fortunas aos mecanismos de valorização financeira, ele acha que o que ocorreu nas últimas duas décadas no Brasil foi uma concentração da riqueza num tipo específico de mercado financeiro, o da dívida pública. Os títulos garantidos pelo governo atraem hoje a maioria dos recursos do crédito bancário, da folga de caixa das empresas, e das fortunas pessoais. “Praticamente não existe dinheiro aplicado na especulação, no mercado acionário, por exemplo, porque o único mercado que existe é o da dívida pública, que é ganho certo”. “Isso é na verdade muito próximo daquilo que sempre ocorreu no país: uma transferência contínua patrimonial do Estado para os ricos que acompanha o Brasil desde que ele surgiu”, avalia Carvalho. ■